



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 023/2025 - CPC/SESAPI-PI

Processo nº 00012.043601/2024-53

O Estado do Piauí, através da **Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI)**, por intermédio da **Comissão Permanente de Credenciamento (CPC)**, torna público, para conhecimento dos interessados, o processo de **Credenciamento de empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO**, conforme com o inciso IV do artigo 74 c/c inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, com o decreto estadual nº 21.872/2023 e nos termos e condições estabelecidas deste Edital e seus anexos, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s), **de empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO**, conforme condições estabelecidas neste Edital e o Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, o **Edital 023/2025-CPC/SESAPI** permite, através do seu Termo de Referência, a realização de alterações e inclusões de itens em seu Anexo A, mantendo a caracterização geral do objeto, como a inclusão, exclusão e eventuais alterações dos locais de entrega. As versões atualizadas serão publicadas no [Portal da Saúde do Estado do Piauí \(https://portal.pi.gov.br/sesapi\)](https://portal.pi.gov.br/sesapi), no [Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP \(https://www.gov.br/pncp/pt-br\)](https://www.gov.br/pncp/pt-br), no [Portal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE-PI \(https://www.tcepi.tc.br\)](https://www.tcepi.tc.br) bem como no [Sistema de Credenciamento da Saúde do Piauí - Sistema CredSUS \(https://credsus.saude.pi.gov.br\)](https://credsus.saude.pi.gov.br), assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente

2. DO ACESSO AO CREDENCIAMENTO

2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todas as pessoas jurídicas que executem os serviços objeto deste Edital, desde que atendidos os requisitos definidos neste instrumento convocatório.

2.2. **Os interessados deverão solicitar o seu credenciamento através do sistema eletrônico CredSUS, no sítio eletrônico credsus.saude.pi.gov.br, anexar a documentação exigida a partir do dia 22/04/2025.**

2.3. Cada documento do credenciamento deverá ter no máximo até 20 MB de tamanho e formato em PDF pesquisável.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSO.

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de Credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

3.2. Os interessados em eventuais esclarecimentos ou impugnações enviá-los ao endereço eletrônico da [CPC \(e-mail credenciamento@saude.pi.gov.br\)](mailto:CPC(e-mail credenciamento@saude.pi.gov.br)).

3.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

3.4. Dos atos da Comissão Permanente de Credenciamento caberá recurso, devendo ser protocolado nos endereços fixados no item 3.2 deste edital abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis, para a apresentação das suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, cabendo igual prazo para apresentação de contrarrazões pelos interessados;

3.5. Caberá à Comissão Permanente de Credenciamento decidir sobre as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis;

3.6. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo participante importará na decadência do direito de recurso.

3.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a Comissão Permanente de Credenciamento ratificará sua decisão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A pessoa jurídica interessada em se inscrever neste processo de **Credenciamento nº 023/2025**, deverá apresentar ou enviar os documentos elencados no **ITEM 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA - Anexo I deste Edital**, apresentando ou encaminhando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas em cartório ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição, por servidor público com o encargo de recebê-los, no endereço previsto no item 2.2 deste Edital.

4.2. **O presente Edital ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados, enquanto estiver vigente o Credenciamento, em conformidade com o inciso I, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.**

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão habilitar-se ao Credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação cuja documentação satisfizer as exigências e condições constantes deste Edital, e que aceitem as normas estabelecidas pela SESAPI;

5.2. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados:

5.2.1. Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.2.2. Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Estado do Piauí e com a SESAPI, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.4. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Estado do Piauí, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.5. Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021, observada a exceção prevista no § 2º do art. 14 da mesma Lei;

5.2.6. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Credenciamento;

5.2.7. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;e

5.2.8. Em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para fins orçamentários, a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí estima o valor da Contratação em **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**, considerando a descrição da demanda, os quantitativos apresentados e os preços de referência.

7. DO REAJUSTAMENTO

7.1. Os preços fixados no item 2 do Termo de Referência- Anexo I deste Edital de Credenciamento poderão ser reajustados anualmente a partir da publicação do Edital de Credenciamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA-E, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021

7.2. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às credenciadas, em caso de redução.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO

8.1. Para fins de habilitação/credenciamento, serão exigidos os documentos indicados no **ITEM 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA - Anexo I deste Edital**, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as declarações previstas nos anexos deste Edital.

9. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela **Comissão Permanente de Credenciamento, com Pareceres Técnicos dos Coordenadores Técnicos da Superintendência demandante.**

9.2. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para **prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.**

9.3. A apreciação da Comissão consistirá no exame da conformidade da documentação apresentada pelo interessado com o exigido neste Edital.

9.4. A validade de certidões obtidas na internet será confirmada pela Comissão por ocasião da apreciação do pedido de credenciamento.

9.5. A Comissão realizará buscas, inclusive em sites de órgãos oficiais, a fim de confirmar que o interessado não se enquadra em alguma das situações que impossibilitam a contratação.

9.6. Salvo situação excepcional, devidamente justificada, é de cinco dias úteis, contados da apresentação do requerimento, o prazo de que dispõe a Comissão Permanente de Credenciamento para comunicar o interessado acerca do acolhimento ou rejeição do pedido de credenciamento.

9.7. Nos casos de rejeição do pedido de credenciamento, a Comissão Permanente de Credenciamento exporá os motivos pertinentes.

9.8. O postulante que teve seu pedido rejeitado poderá corrigir erros ou suprir omissões que levaram ao indeferimento, inclusive mediante a apresentação de documentos, e deverá fazê-lo por meio de novo requerimento.

9.9. Todos os interessados que satisfizerem os requisitos deste Edital serão credenciados.

10. **DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS**

10.1. Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, a SESAPI divulgará o resultado, com a lista de credenciados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí, sítio eletrônico oficial (<http://www.saude.pi.gov.br/credenciamento>), sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (<https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/>) e no sistema CredSUS (<https://credsus.saude.pi.gov.br/>).

10.2. A lista será atualizada à medida que novos interessados forem considerados aptos para credenciamento.

11. **DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

11.1. As eventuais contratações decorrentes deste Credenciamento serão instruídas conforme o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, visando à realização de processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por fundamento o inciso IV do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021. Este artigo especifica claramente a inexigibilidade de licitação para objetos que podem ser contratados através do Credenciamento. Nesse sentido, destaca-se o interesse da administração em garantir a participação do maior número possível de empresas executem os serviços especializados em questão, bem como não haverá divergência de valores. Nesse sentido, o art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, prever que o credenciamento poderá ser usado nas situações de hipóteses de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

12. **DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO**

12.1. O prazo de vigência do credenciamento será de até 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, sendo possível o cadastramento de novos interessados durante esse período, em conformidade com o art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê: "I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados".

13. **DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CRED SUS**

Conforme item 5 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

14. **DA ASSINATURA**

14.1. As contratações decorrentes deste Credenciamento serão formalizadas por meio de Termo de Contrato, em conformidade com o inciso II do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. As assinaturas do termo de contrato se dará **via sistema eletrônico CredSUS. Prevalecerão as disposições deste Edital, publicado no endereço eletrônico credsus.saude.pi.gov.br.**

14.3. Até a data da assinatura do termo de contrato, poderá ser eliminada do credenciamento qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação técnica, econômico-financeira ou fiscal tenha se alterado passando assim a ficar em situação irregular.

14.4. Ocorrendo o descumprimento do prazo de assinatura do termo de contrato a empresa poderá ser descredenciada.

15. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Conforme item 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

16. **DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

Conforme item 13 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

17. **DO PAGAMENTO**

Conforme item 19 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

18. **DO DESCRENCIAMENTO**

Conforme item 17 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Conforme item 20 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

20. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência e seus anexos

Anexo II - Modelo de Habilitação;

Anexo III - Modelo Cadastro da Empresa;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo V - Declaração de Idoneidade para contratar com a Administração Pública;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Aceitação dos Valores da Tabela de Preços SESAPI;

21. **DO FORO**

21.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Credenciamento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Teresina - PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 10/04/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **017402625** e o código CRC **07C87290**.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.043601/2024-53

1. OBJETO

1.1. Credenciamento de empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seu Anexo A.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, este Termo de Referência permite a realização de alterações e inclusões de itens em seu Anexo A (mantendo a caracterização geral do objeto). As versões atualizadas serão publicadas no portal oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como no Sistema de Credenciamento da Saúde - CREDSUS, assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

2. DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E VALORES DO OBJETO

2.1. A descrição, os valores e quantidades relacionados ao credenciamento pretendido constam no **Anexo A** deste Termo de Referência.

2.2. A Administração poderá, no início de cada exercício financeiro, atualizar as estimativas de quantitativos para alinhar a demanda às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como assegurar que há créditos orçamentários disponíveis para suportar as futuras contratações provenientes deste credenciamento.

2.3. A Secretaria de Estado da Saúde estima o **Valor Global de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**, a serem pagos de acordo com a quantidade efetiva de serviços realizados pelo Credenciado, respeitada a franquia mínima de 10.000 km mensais para a empresa melhor classificada no processo de cotação.

2.4. O valor a ser pago será calculado com base na quantidade de serviços efetivamente prestados nos locais designados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A **saúde é direito** de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196, CF/1988).

3.2. Diante disso, torna-se essencial a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de locação de aeronaves, considerando que urgências e emergências médicas exigem atendimento rápido e eficaz, especialmente em casos de politrauma, infarto agudo do miocárdio (IAM), acidente vascular cerebral (AVC), eclampsia, cirurgias neurológicas e ortopédicas, além de cuidados neonatais, e que em tais áreas o tempo significa o insucesso do socorro. Considerando a demora do transporte terrestre, é imprescindível o uso do transporte aéreo como única forma de viabilizar uma chance de sucesso no atendimento as vítimas graves.

3.3. Além do mais, as distâncias aéreas estimadas de alguns Municípios do Piauí, tendo como ponto de partida Teresina, temos: a) Teresina - Parnaíba (280 km); b) Teresina - Picos (280 km); c) Teresina - São Raimundo Nonato (490 km); d) Teresina - Floriano (210 km); e) Teresina - Bom Jesus (490 km). Nessas condições, o transporte terrestre se torna insuficiente, reforçando a necessidade de uma ambulância aérea (tipo E) para assegurar o acesso rápido aos cuidados médicos em tempo hábil.

3.4. Ante o exposto, a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI, como responsável pela administração dos hospitais da Rede Estadual de Saúde, distribuídos em todo o território do Estado do Piauí, nas macrorregiões de saúde e na capital do Estado, necessita da prestação de serviço para atingir a cobertura necessária de efetividade dos atendimentos, com todo tipo de resposta adequada a preservar a vida dos usuários.

3.5. Portanto, a contratação de uma empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO torna-se essencial e imprescindível para assegurar que os pacientes dessas unidades hospitalares recebam o atendimento adequado e contínuo, conforme as demandas de saúde públicas.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento será adotado em razão da Credenciante dispor da maior rede possível de prestadores, através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de chamamento, proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento.

4.2. O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos art. 74, IV e art. 79, I da lei nº 14.133/2021.

4.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

4.4. A partir desta definição legal observa-se que o uso do credenciamento não se restringe à contratação de prestadores de serviços, pois é também seu objetivo a contratação de fornecedores de bens. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

4.5. No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

4.6. O credenciamento, ao permitir que vários fornecedores sejam selecionados e atendam às necessidades da Administração Pública, assegura que a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI) tenha à sua disposição uma rede ampliada de prestadores de serviços. Esse modelo minimiza riscos associados a dependência de um único fornecedor, garantindo que, em situações de emergência ou de alta demanda, o atendimento seja prestado de forma mais célere e eficiente. A multiplicidade de fornecedores também possibilita o atendimento de diferentes necessidades operacionais, seja em termos de tipo de aeronave ou disponibilidade imediata, otimizando o serviço prestado à população.

4.7. A contratação de apenas um prestador de serviços não atenderia de forma plena e eficiente o interesse público, principalmente no que se refere à garantia da continuidade e qualidade do atendimento em situações emergenciais. O serviço de locação de aeronaves para o SAMU AÉREO demanda uma rede robusta de prestadores, pois a geografia do Piauí, com grandes distâncias entre municípios, torna imprescindível a disponibilidade imediata de aeronaves para transporte rápido de pacientes em situações de risco de vida. Caso houvesse um único fornecedor, haveria uma grande dependência dessa empresa, o que poderia acarretar em atrasos ou indisponibilidade do serviço em momentos de alta demanda, comprometendo diretamente a efetividade e a qualidade do atendimento. Além disso, um único contrato poderia resultar em custos administrativos mais elevados e em uma possível limitação nas condições e alternativas de resposta a emergências.

4.8. A possibilidade de múltiplos contratos com diferentes prestadores de serviços ou fornecedores garante que, em situações de alta demanda ou necessidade específica, a Administração Pública tenha flexibilidade para acionar aquele que melhor atender às exigências do momento, minimizando riscos e prejuízos à saúde pública.

4.9. Dessa forma, a SESAPI, poderá ampliar a base de prestadores elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas ou profissionais dispostos a fornecer os serviços demandados, mitigando riscos associados à dependência excessiva de um único prestador. Além disso, o credenciamento oferece a vantagem de permitir que os prestadores credenciados sejam acionados de acordo com a necessidade e demanda, evitando atrasos e prejuízos à população atendida e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos na área da saúde.

4.10. Cabe ressaltar que será observado o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o que estabelecem os artigos 6º, L; 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III. Estes dispositivos definem os procedimentos, critérios e objetivos que orientarão a condução do processo de credenciamento.

4.11. Considerando ainda que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal de 1988 – CF/88), o Estado deve, de fato, tomar providências para garantir que esse direito seja efetivado para todos aqueles que precisarem de atendimento na rede pública de saúde.

4.12. Nesse sentido, a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.13. Ante o exposto, considerando o objeto a ser contratado, o modelo de contratação pública baseada em credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para os interesses da Administração.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CRED SUS

5.1. Para a operacionalização do Credenciamento, será utilizado o sistema CredSUS, uma solução tecnológica que proporciona legalidade, celeridade, impessoalidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade às contratações públicas.

5.2. Os credenciados receberão *login* e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CredSUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

5.3. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação dos serviços a serem prestados no CredSUS, em conformidade com o Edital, e todas as empresas credenciadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelos credenciados, sendo de responsabilidade destas a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

5.4. Os credenciados deverão ofertar suas propostas diretamente no sistema CredSUS, informando o quantitativo ofertado para cada item e aderindo ao preço estabelecido e padronizado no Edital.

5.4.1. A quantidade ofertada por item deve observar o quantitativo mínimo e máximo demandado em cada cotação.

5.4.2. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual os credenciados cadastrarão e enviarão suas ofertas no CredSUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

5.4.3. Os credenciados deverão ofertar os procedimentos de qualquer dos grupos contidos no Anexo A deste Termo de Referência quando convocadas a fazê-lo, considerando que os quantitativos previstos são estimados e serão distribuídos de acordo com a demanda, não sendo possível antecipar qual empresa atenderá a qual das planilhas.

5.5. Por se tratar de Credenciamento na modalidade **paralela e não excludente (art.79, I da Lei nº 14.133/2021)**, o sistema CredSUS irá utilizar os seguintes critérios objetivos para a distribuição da demanda:

5.5.1. 1º Maior capacidade de oferta de serviços, de acordo com o quantitativo global ofertado por cada empresa em suas propostas;

5.5.2. 2º Maior capacidade técnica, considerando a quantidade de aeronaves com certificação AEM (Aeromédico) constantes na especificação operativa da empresa;

5.5.3. 3º Menor volume de serviços realizados para a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI, durante a vigência do mesmo Credenciamento, garantindo que empresas com menor volume de serviços executados sejam priorizadas na convocação.

5.5.4. 4º Ordem cronológica de credenciamento, aferida pela data e hora de recebimento da documentação, desde que ela esteja conforme.

5.6. Os credenciados serão acionados proporcionalmente à quantidade de horas indicadas na cotação, sendo respeitado o limite de 60% para a maior oferta e 40% para a segunda maior oferta. Em caso de empate, o critério de desempate será aplicado considerando, sucessivamente, o credenciado com o menor valor contratado e aquele que se credenciou primeiro.

5.7. Após o processamento da cotação, o CredSUS emitirá automaticamente os contratos para aqueles que forem credenciados.

5.8. Os Credenciados exercerão o direito de preferência no momento da emissão da Ordem de Serviço, quando o CredSUS irá identificar os critérios de distribuição da demanda, de acordo com os itens 5.5.1 a 5.5.4, e elaborar as Ordens de Serviços para os itens demandados em cada compra.

5.9. O credenciado terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato/Termo de Credenciamento, contado a partir do momento da assinatura do Secretário de Estado da Saúde.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.1. As contratações decorrentes deste procedimento devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão

mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações do Credenciado e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

6.1.2. A instituição privada deverá cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente, nos termos do artigo 4º, VII da Portaria MS nº 2.567/2016.

6.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, na forma indicada neste Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão executados conforme as especificações de frequência e franquia estabelecidas para o tipo de aeronave e tipo de serviço (quilômetros ou horas mensais), e conforme as demandas de transporte médico aéreo de pacientes realizadas pelo SAMU e pelo programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

7.2. A execução dos serviços será realizada por meio de Ordem de Serviço emitida pelo Credenciado, com base na Nota de Empenho correspondente.

7.3. O acionamento dos serviços será feito pelo Credenciante, de acordo com a necessidade dos atendimentos.

7.4. Após o acionamento, a aeronave deverá decolar no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação, observando os pontos de partida e destino definidos pelo Credenciante.

7.5. Durante o transporte, a equipe deverá manter comunicação com o Credenciante para reportar condições de voo e estado do paciente, bem como quaisquer ocorrências ou situações que demandem suporte adicional.

7.6. A aeronave a ser contratada deverá possuir os acessórios, bem como os requisitos técnicos previstos na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, que trata do Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, bem como em conformidade com a NBR 14561, que trata da adequação dos veículos utilizados no transporte de viajantes enfermos ou suspeitos para atendimento a emergência médica e resgate.

7.7. O Credenciado deverá manter disponibilidade operacional das aeronaves conforme as necessidades previstas e os níveis de prontidão estabelecidos em contrato, garantindo que as aeronaves possam ser acionadas a qualquer momento dentro do prazo máximo estipulado para atendimento.

7.8. O serviço deverá estar disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados.

7.9. Tipos de Atendimento:

7.9.1. Atendimento a emergências médicas de alta complexidade que exijam transporte rápido para unidades de referência.

7.9.2. Resgate de vítimas de acidentes ou situações de risco que necessitem remoção imediata.

7.9.3. Transferência de pacientes entre unidades hospitalares, conforme determinação médica.

7.9.4. Apoio a operações de resgate e salvamento, quando solicitado pelos órgãos competentes.

7.10. A equipe deverá ser composta, no mínimo, por um médico, um enfermeiro e um piloto com experiência comprovada.

7.11. Todos os profissionais deverão possuir capacitação e certificação para atuar em atendimentos de urgência e emergência.

7.12. A operação deverá obedecer às normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e à legislação vigente.

7.13. O credenciado deverá garantir a manutenção regular das aeronaves e equipamentos, assegurando a segurança operacional.

7.14. O serviço deve dispor de um plano de contingência para situações de indisponibilidade temporária da aeronave.

7.15. Cada atendimento realizado deverá ser devidamente documentado em relatórios detalhados, incluindo dados do paciente, origem, destino e intervenções realizadas.

7.16. Os relatórios deverão ser encaminhados periodicamente à gestão do serviço para avaliação e auditoria.

7.17. O controle do consumo da franquia será realizado em conjunto pelo Credenciante e pelo Credenciado, que deverá fornecer relatórios mensais detalhando a utilização de cada franquia e o saldo disponível para o mês

subsequente.

7.18. O Credenciado deverá informar ao Credenciante, em no máximo 24 horas após recebimento da Ordem de Serviço, sobre qualquer motivo que impossibilite assumir as obrigações decorrentes deste Termo de Referência.

7.19. A execução dos serviços estará sujeita à fiscalização dos órgãos competentes, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança.

7.20. O credenciado deverá permitir o acesso às instalações, aeronaves e registros sempre que solicitado pelos gestores do serviço.

7.21. O descumprimento das condições estabelecidas poderá resultar na suspensão ou rescisão do contrato de prestação de serviço.

7.22. Não será admitida a prestação dos serviços pelo Credenciado de qualquer serviço sem a emissão da respectiva Ordem de Serviço emitida pela SESAPI.

7.23. **Aeronave bimotora turbo hélice**

7.23.1. Fabricação continuada ou similar categoria ou pressurizada com QTU.

7.23.2. Potência mínima de 550SHP, capacidade mínima 02 (dois) tripulantes e 05 (cinco) passageiros, homologada na TPX e inclusa nas especificações operativas (EO) da mesma, com configuração e designação de aeronave aeromédica (AEM).

7.23.3. Certificado de Aeronavegabilidade comprovando a propriedade da Aeronave.

7.23.4. Navegação via satélite, homologada para vôos em regras de vôos por instrumentos (VFR/IFR).

7.23.5. Custo de piloto, combustível, manutenção, hangaragem, taxas aeroportuárias e todos os custos incidentes a cargo da empresa credenciada.

7.23.6. A equipe médica deverá ser custeada pelo Contratado.

8. **DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO**

8.1. Para fins de habilitação, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica.

8.2. **Habilitação Jurídica**

8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.6. Os documentos previstos nos subitens 8.2.1 a 8.2.5, conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.7. Apresentar, ainda, a seguinte documentação:

- a) apresentar certificado de operador aéreo, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, hábil em certificar que a empresa credenciada reúne requisitos mínimos estabelecido no

regulamento aprovador para a prestação dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste credenciamento;

b) apresentar Alvará de Vigilância Sanitária válido da sede do credenciado e Certificado de Vistoria do Veículo das aeronaves que irão prestar o serviço.

8.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

8.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.3.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.4.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.4.3. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo Credenciado dos índices econômicos previstos no edital.

8.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5. **Qualificação Técnica**

8.5.1. A SESAPI, poderá exigir atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que comprovem a realização de serviços similares em franquias e qualidade, para o Credenciado, conforme condições a serem estabelecidas no edital e ainda:

a) Declaração formal de que terá disponibilidade de profissionais com a formação e experiência exigida para a execução do serviço e que todos os profissionais disponibilizados estejam legalizados junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM) e Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

9. **OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos.

9.2. Atestar o recebimento do serviço prestado, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando serviços que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação ao Credenciado.

9.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.4. Comunicar ao Credenciado qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.

9.5. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.6. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no contrato de prestação do serviço especificado neste Termo de Referência.

9.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da execução dos serviços e das obrigações do Credenciado, através de fiscal ou comissão composta por servidores especialmente designados.

9.8. Efetuar o pagamento ao Credenciado do valor correspondente ao serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.

9.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

10.1. O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado e, ainda:

10.2. Os serviços contratados serão implementados de forma gradativa, de acordo com as necessidades do Credenciante.

10.3. Manter equipe de plantão 24 horas por dia, incluindo pilotos e equipe de apoio, para atender rapidamente às solicitações da Secretaria de Saúde.

10.4. Realizar manutenção periódica nas aeronaves utilizadas, em conformidade com normas e regulamentações da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil).

10.5. Disponibilizar aeronaves em condições plenas de uso, cumprindo com os requisitos técnicos e operacionais para garantir a segurança e integridade de pacientes e equipe médica.

10.6. Apresentar relatórios periódicos de manutenção e documentação comprobatória de que as aeronaves estão em conformidade com os regulamentos de segurança e de aviação.

10.7. Oferecer uma equipe técnica capacitada, incluindo pilotos com as licenças e qualificações adequadas.

10.8. Capacitar a equipe para o transporte de pacientes críticos, garantindo que estejam aptos a atuar em situações de urgência.

10.9. Cumprir todas as exigências legais e regulamentares vigentes, especialmente as normas de segurança aeronáutica e de transporte de pacientes.

10.10. Manter seguros obrigatórios e responsabilidade civil, incluindo seguro para cobertura de danos a terceiros, passageiros e cargas, conforme exigido pela legislação de aviação civil.

10.11. Prover todos os equipamentos e condições de segurança a bordo, como maca fixa, cilindros de oxigênio e outros equipamentos médicos exigidos para o transporte seguro de pacientes críticos.

10.12. Manter comunicação constante com a equipe médica da Secretaria de Saúde, antes, durante e após o transporte, para troca de informações sobre a situação do paciente e eventuais necessidades de suporte durante o voo.

10.13. Fornecer relatórios de atendimento detalhando cada serviço realizado, incluindo horário de acionamento, decolagem, pouso, e tempo de resposta.

10.14. Relatar imediatamente qualquer intercorrência ou evento adverso ocorrido durante o transporte aéreo de pacientes.

10.15. Adotar práticas ambientais de acordo com os requisitos estabelecidos pela legislação vigente, minimizando o impacto ambiental, principalmente em relação a descarte de resíduos e combustível.

10.16. Assegurar a confidencialidade das informações dos pacientes e dos serviços prestados, em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), quando aplicável.

10.17. Responsabilizar-se pelos encargos, impostos, fretes e todo e qualquer tributo, resultantes da prestação dos serviços.

10.18. Arcar com a responsabilidade civil, por todos e quaisquer danos materiais e pessoais, causados por culpa, dolo, negligência ou imprudência dos empregados ou prepostos das empresas credenciadas.

10.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, Lei nº 14.133/2021.

10.20. Manter durante a integral execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência e pela legislação pertinente.

10.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, demandados, cuja quantidade, qualidade e

deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Credenciante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Credenciante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.26. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

10.27. As necessidades de alocação e disponibilização dos serviços serão formalizadas junto ao Credenciado, de acordo com as prioridades do Credenciante.

10.28. Os serviços serão desenvolvidos observando-se todos os processos e padrões adotados pelo Credenciante. As adoções dos novos requerimentos citados neste documento serão planejadas e implementadas pelo Credenciado em comum acordo com o Credenciante.

10.29. O Credenciado deverá assegurar a qualidade dos serviços realizados. Os procedimentos de garantia da qualidade deverão ser realizados por toda a equipe.

10.30. O Credenciado deverá apresentar certificado de operador aéreo, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, hábil em certificar que a empresa credenciada reúne requisitos mínimos estabelecido no regulamento aprovador para a prestação dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste credenciamento.

10.31. O Credenciado deverá apresentar comprovação que a empresa possui a quantidade mínima de 02 (duas) aeronaves de cada modelo/item solicitado no item, através das Especificações Operativas (E.O.) expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil que comprovem a autorização da empresa credenciada para operação da(s) aeronave(s), segundo o(s) modelo(s) e marca(s), capacidade(s) e quantidade(s) necessária(s) a atender às exigências consignadas no Termo de Referência. A quantidade de 02 (duas) aeronaves é para os casos em que a aeronave esteja indisponível, a credenciada deverá ter reserva para continuidade no serviço.

10.32. Para garantia de atendimento ininterrupto, para casos de manutenção ou voos simultâneos, as empresas credenciadas deverão possuir aeronave reserva, com as mesmas especificações exigidas neste termo de referência, comprovadas através das especificações Operativas, fornecidas pela ANAC, sem custos adicionais ao Credenciante.

10.33. O Credenciado deverá colocar a aeronave em perfeitas e adequadas condições de voo, fornecendo combustíveis, lubrificantes, bem como realizar todas as inspeções, revisões necessárias à operação e manutenção da mesma.

10.34. O Credenciado deverá apresentar Alvará de Vigilância Sanitária válido da sede do credenciado e Certificado de Vistoria do Veículo das aeronaves que irão prestar o serviço.

10.35. O Credenciado deverá apresentar documento comprovando que a empresa esteja legalizada junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM) e Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

10.36. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço contratado.

10.37. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

10.37.1. A inadimplência do Credenciado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão através de Dotação Orçamentária provenientes da fonte 500/600/659.

12. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos

quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao Credenciado.

12.2. O Fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.3. A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.4. Cabe ao Credenciado atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto desta contratação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o Credenciante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do Credenciado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste/contrato.

12.5. A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade do Credenciante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

13. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A empresa credenciada deverá disponibilizar as aeronaves conforme a demanda da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, garantindo a operacionalidade ininterrupta dos serviços de transporte do Samu Aéreo.

13.2. A entrega do serviço será caracterizada pelo cumprimento das missões de transporte do Samu Aéreo conforme as solicitações da SESAPI, incluindo o fornecimento de relatórios operacionais contendo dados do voo, equipe envolvida, tempo de deslocamento e eventuais intercorrências.

13.3. A aceitação do serviço será realizada por equipe designada pela SESAPI, que verificará o cumprimento das condições contratuais, a adequação da aeronave e o atendimento às especificações técnicas exigidas.

13.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente logo após a conclusão dos serviços, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de serviço definitivo, ou recibo apostado na nota fiscal, firmado pelo fiscal do contrato.

13.5. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

13.6. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o Credenciado deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração pública, observando as condições estabelecidas para a prestação.

13.7. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida ao Credenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.8. Em caso de irregularidade não sanada pelo Credenciado, o Credenciante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, conforme o período indicado na cotação realizada via CREDSUS, seguindo as disposições dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que observados os critérios e condições previstos no artigo 107 da mesma lei.

14.2. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da Credenciada poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Termo de Referência.

15.2. A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

16. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

16.1. O Credenciamento estará vigente, até a disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente ou enquanto perdurar as etapas de execução.

16.2. A revogação deste Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

16.3. Enquanto estiver vigente o Credenciamento, fica permitido o Credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

17. DO DESCREDENCIAMENTO

17.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

17.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8.080/90, na Lei Estadual 9.090/2008 e na Lei Complementar nº 907/2019 e suas alterações, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato;

17.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o o contraditório e a ampla defesa:

a) Não atendimento à convocação para os serviços;

b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

17.3.1. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI através do presente Credenciamento pelo prazo de 6 (seis) meses em se tratando de primeiro descredenciamento, ou pelo prazo de 12 (doze) meses em caso de reincidência, podendo, em qualquer das situações, ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

17.4. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

17.5. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação;

17.6. O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa;

17.7. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Termo de Referência.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

18.1. Com o objetivo de assegurar a eficiência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelas empresas credenciadas para a locação de aeronaves destinadas ao atendimento das atividades do SAMU AÉREO da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, serão estabelecidos e monitorados os seguintes indicadores de desempenho:

18.1.1. Tempo Médio de Resposta (TMR)

a) **Conceito:** Tempo decorrido desde o acionamento do serviço de ambulância aérea até a saída da aeronave para o atendimento ao incidente.

b) **Meta:** Realizar o tempo médio de resposta em até **02 (duas) horas** após o acionamento, considerando as distâncias aéreas e as condições logísticas do estado.

c) **Periodicidade de Avaliação:** Mensal.

d) **Finalidade:** Assegurar a celeridade no atendimento das demandas emergenciais, contribuindo para a redução do tempo-resposta em situações críticas de saúde pública.

18.1.2. Taxa de Chamados Atendidos no Prazo (TCAP)

a) **Conceito:** Percentual de chamados efetivamente atendidos dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

b) **Cálculo:** $(\text{Número de chamados atendidos no prazo} \div \text{Total de chamados solicitados}) \times 100$

c) **Meta:** Manter, no mínimo, **95% (noventa e cinco por cento)** dos chamados atendidos dentro do prazo estipulado.

d) **Periodicidade de Avaliação:** Mensal.

e) **Finalidade:** Garantir a conformidade e a pontualidade no cumprimento dos prazos estabelecidos, promovendo a eficácia na prestação do serviço.

18.1.3. Índice de Satisfação dos Usuários (ISU)

a) **Conceito:** Medida do nível de satisfação dos usuários e das equipes médicas em relação aos serviços prestados, considerando critérios como pontualidade, segurança, qualidade do atendimento e condições da aeronave.

b) **Cálculo:** $(\text{Número de avaliações positivas} \div \text{Total de avaliações coletadas}) \times 100$

c) **Meta:** Alcançar índice igual ou superior a **90% (noventa por cento)** de avaliações positivas.

d) **Periodicidade de Avaliação:** Mensal, por meio de instrumento de pesquisa aplicado aos usuários e profissionais envolvidos.

e) **Finalidade:** Avaliar a percepção dos usuários, identificando pontos de melhoria e assegurando a excelência no atendimento prestado.

18.2. O monitoramento e a avaliação dos indicadores acima descritos visam promover a melhoria contínua dos serviços, assegurando que as empresas credenciadas atendam aos padrões de qualidade e eficiência exigidos pela SESAPI, em consonância com os princípios da Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O Credenciado deverá encaminhar ao Credenciante, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato;

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;

19.4. Constatando-se a situação de irregularidade do prestador de serviço contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade;

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras;

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Credenciante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

19.7. Persistindo a irregularidade, o Credenciante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Credenciado a ampla defesa;

19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Credenciado não regularize sua situação fiscal;

19.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

19.10. O Credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.11. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária do Credenciado, com base nos serviços executados e apresentação da Nota Fiscal, juntamente com os relatórios citados no item que deverá corresponder aos serviços efetivamente prestados.

19.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade fiscal e trabalhista do Credenciado.

19.13. O credenciamento ocorre em duas fases: a primeira consiste no recebimento e análise da documentação, e a segunda no processo de cotação/chamamento para a prestação dos serviços. O valor máximo de faturamento de cada credenciado será determinado conforme o resultado de cada cotação realizada no sistema CredSUS.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O Credenciado que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na prestação dos serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

20.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

20.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, o Credenciado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

20.1.2.2. Na hipótese de o Credenciado não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

20.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

20.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

20.1.5. É admitida a reabilitação do Credenciado perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

- 20.2. Além das penalidades citadas, o Credenciado ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 20.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, o Credenciado, conforme o caso, poderá ficar isento das penalidades mencionadas.
- 20.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Credenciado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

(Assinado e datado eletronicamente)

Dirceu Hamilton Cordeiro Campelo

Superintendente - SUGMAC/SESAPI

Após a análise do Termo de Referência referente ao **credenciamento** de empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, conforme as especificações, quantidades demandadas e condições estabelecidas neste instrumento, e com base no Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, além dos demais artigos pertinentes, **APROVO**.

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade**, em 21/03/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 24/03/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **016847437** e o código CRC **B8547F25**.

ANEXO II - MODELO DE HABILITAÇÃO

Processo nº 00012.043601/2024-53

CREDENCIAMENTO Nº 023/2025-CPC/SESAPI-PI

Eu (nome completo), RG nº _____, representante credenciado da (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX – CPC/SESAPI-PI e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização dos serviços ali contidos. DECLARO, ainda, que a (nome da instituição) cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no edital supracitado, realizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame. DECLARA AINDA, para os fins requeridos no inciso IV, artigo 14º da Lei nº. 14.133/2021 que não tem em seu quadro de pessoal, empregados que tenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro, em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau.

Local e data;.

Representante Legal

RG e CPF

(CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO III – MODELO DE CADASTRO DA EMPRESA

PROCESSO SEI Nº 00012.043601/2024-53

CREDENCIAMENTO Nº 023/2025-CPC/SESAPI-PI

A empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua/Avenida
_____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ /
Estado _____, CEP _____, inscrita no CNPJ _____.

DADOS DA INSTITUIÇÃO:

NOME: _____

Telefone: (____) _____

Correio Eletrônico: _____

Banco: _____

Agência: _____

Conta-Corrente: _____

_____, ____ de _____ de _____
(Cidade) (dia) (mês)

Assinatura

(Nome e carimbo do representante legal da empresa)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

PROCESSO SEI Nº 00012.043601/2024-53

CREDENCIAMENTO Nº 023/2025-CPC/SESAPI-PI

(nome da instituição), inscrito (a) no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133 de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data: _____ - _____, _____ de _____.

Representante Legal

RG e CPF

(CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO SEI Nº 00012.043601/2024-53

CREDENCIAMENTO Nº 023/2025-CPC/SESAPI-PI

A Proponente, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e em cumprimento ao Edital do CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX-CPC/SESAPI-PI e visando ao credenciamento junto a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí de Pessoa Jurídica, especializada(s) na **Credenciamento de empresa especializada em locação de aeronaves para atender as atividades do SAMU AÉREO**, conforme com o inciso IV do artigo 74 c/c inciso I do art.79 da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 21.872/2023 e nos termos e condições estabelecidas deste Edital e seus anexos, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber.

Local e data;

Representante Legal

RG e CPF

(CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES DA TABELA DE PREÇOS SESAPI

PROCESSO SEI Nº 00012.043601/2024-53

CREDENCIAMENTO Nº 023/2025-CPC/SESAPI-PI

Declaro, para fins de participação no Processo de Credenciamento nº ____/____, que a(o) ____ (razão social da empresa/entidade interessada), está de acordo com os preços estabelecidos pela Administração Pública (ANEXO A do Termo de Referência) e com os critérios de reajustes estabelecidos no Edital.

_____/_____
(cidade) (estado)

____ de _____ de 202__

Assinatura

(Nome e carimbo do representante legal da Empresa)

Referência: Processo nº 00012.043601/2024-53

SEI nº 017402625

Criado por julio.santos@saude.pi.gov.br, versão 13 por eraldo.silva@saude.pi.gov.br em 10/04/2025 12:09:33.